

Congresso vai reunir-se para votar Plano

Líderes do governo querem alterar plano econômico anunciado quinta-feira

BRASÍLIA — O Congresso Nacional vai ser convocado na quinta-feira para começar a discutir as medidas provisórias editadas pelo presidente Fernando Collor como parte do novo pacote econômico. De acordo com a Constituição, a convocação extraordinária é obrigatória, em um prazo de cinco dias, sempre que uma medida provisória é editada durante o recesso parlamentar.

Devido à antecipação do início da sessão legislativa em nove dias, cada parlamentar terá

uma ajuda de custo de Cr\$ 844 mil para o deslocamento a Brasília. Os trabalhos legislativos começam normalmente no dia 15 de fevereiro.

O governo poderá ter dificuldades mesmo entre os seus aliados para aprovar as novas medidas econômicas. O líder do bloco governista, Ricardo Fiúza (PFL-PE), descartou ontem a possibilidade de assumir a posição de líder do governo — responsável pelas articulações em plenário. Há alguns dias, Fiúza defendia enfaticamente que a liderança do bloco do governo a liderança do governo deveriam ser exercidas pelo mesmo deputado — no caso, ele próprio. "Não temos alinhamento automático", anunciou o líder. "Vamos apoiar as

medidas com as quais concordamos e não concordo com a linha geral do pacote."

Como o bloco dispõe de um número maior de parlamentares que qualquer partido isolado, deverá indicar os parlamentares que terão a função de relator das medidas provisórias, antes destinada ao PMDB. "Vamos querer participar e mudar algumas coisas", adiantou o líder do bloco governista no Senado, Marco Maciel (PFL-PE).

O líder do PT na Câmara, deputado José Genoino (SP), vai pedir a autoconvocação do Congresso para votar o projeto de lei do deputado Nélson Jobim (PMDB-RS) que regulamenta o uso de medidas provisórias.



Luiz Antonio/AE

Deputados tomam posse em sessão solene na Câmara: convocação extra para discutir Plano